

ANEXO I

12101 – Ministério Público do Estado do Pará

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Anexo I - Adição de Quotas Orçamentárias Mensais para o 1º Quadrimestre de 2022

Lei nº 9.292, de 19 de Julho de 2021

PROGRAMA/GRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2022				
		JANEIRO	FEVE-REIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
1494 - Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos						
Pessoal e Encargos Sociais	0301	34.558.952,00	38.500.000,00	30.441.048,00	0,00	103.500.000,00
Outras Despesas Correntes	0301	25.000.000,00	20.000.000,00	5.726.200,00	0,00	50.726.200,00
Investimento	0301	1.400.000,00	5.674.991,00	3.776.204,92	0,00	9.851.195,92
Inversão Financeira	0301	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
TOTAL GERAL		60.958.952,00	65.174.991,00	39.943.452,92	0,00	166.077.395,92

ANEXO II

12101 – Ministério Público do Estado do Pará

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Anexo II - Cronograma de Pagamento Mensal das Despesas para o 1º Quadrimestre de 2022

Lei nº 9.292, de 19 de Julho de 2021

PROGRAMA/GRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2022				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
1494 - Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos						
Pessoal e Encargos Sociais	0301	34.558.952,00	38.500.000,00	30.441.048,00	0,00	103.500.000,00
Outras Despesas Correntes	0301	25.000.000,00	20.000.000,00	5.726.200,00	0,00	50.726.200,00
Investimento	0301	1.400.000,00	5.674.991,00	3.776.204,92	0,00	9.851.195,92
Inversão Financeira	0301	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
TOTAL GERAL		60.958.952,00	65.174.991,00	39.943.452,92	0,00	166.077.395,92

PORTARIA Nº 0096/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

R E S O L V E:

DELEGAR ao Exm^a. Sr^a. Promotora de Justiça, LILIAN REGINA FURTADO BRAGA, atribuições específicas para, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, a Sra. CARLA CAROLINNE CIOFFI DE ASSUNÇÃO, nomeada conforme a PORTARIA Nº 0012/2022-MP/PGJ, publicada no D.O.E em 13/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 14 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0097/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 004/2021-CPJ, de 05/08/2021, publicada no D.O.E. de 27/08/2021, que reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOS) e seus Núcleos, CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 2086/2021-MP/PGJ, expedida em 31/08/2021 e publicada no DOE em 01/09/2021,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça VYLLYA COSTA BARRA SERENI para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenadora do Núcleo de Proteção à Mulher - NÚCLEO MULHER, vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 27/08/2021, até ulterior deliberação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 14 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0113/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a relotação do assessor Maurício Martins, conforme os termos do GEDOC nº 140501/2021;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, PALOMA SANTIAGO DA LUZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 10/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0114/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 305/2022,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, VITOR AUGUSTO ATAÍDE COSTA, do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado - MP.CPCP-102.4, nomeado por meio do Ato nº 160/2020, publicado no D.O.E. de 04/11/2020, a contar de 17/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0115/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Vitor Augusto Ataíde Costa do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, por meio da PORTARIA Nº 114/2022-MP/PGJ, datada de 17/01/2022, CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, GRAÇA WALINI PEREIRA GÔES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4, a contar de 17/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0116/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente GEDOC nº 136243/2021,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, LUMA GABY BOGEA CUNHA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CP-CP-102.3, nomeada por meio do Ato nº 174/2020, publicado no D.O.E. de 14/12/2020, a partir de 07/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0117/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente GEDOC nº 136243/2021,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, INGRID NAYARA DE JESUS MATOS, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeada por meio do Ato nº 80/2021, publicado no D.O.E. de 12/04/2021, a partir de 07/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0118/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Luma Gaby Bogea Cunha do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª Entrância, por meio da PORTARIA Nº 0116/2022-MP/PGJ, datada de 17/01/2022;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, INGRID NAYARA DE JESUS MATOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 07/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0120/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado no "SIP" sob o nº 405/2022, em 13/01/2022,

CONSIDERANDO os termos do Ato nº 057/2019, publicado no DOE de 11/02/2016, o qual declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público incompatível, o cargo de Auxiliar de Administração deste Ministério Público, ocupado pelo servidor Antonio Roberto Lobato Pereira, CONSIDERANDO o fim do período de vacância do cargo de Auxiliar de Administração, ocupado pelo referido servidor, em 05/01/2022,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, ANTONIO ROBERTO LOBATO PEREIRA, do cargo de Auxiliar de Administração - AUD-A-II, nomeado por meio do Ato do Procurador-Geral de Justiça, nº 69/2013, datado de 13/06/2013, publicado no DOE de 19/06/2013, a partir de 06/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 17 de janeiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA